ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Câmara Municipal de Nova Iguaçu

ATOS OFICIAIS

EDITAL DO 1ºPROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O PREECHIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (CMNI)

O PROCURADOR-CHEFE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU tornapúblicoque a Procuradoria da CMNI está selecionando candidato para o preenchimento do cargo em comissão de **Assessor da Procuradoria**.

O processo seletivo será composto por **3 fases**, todas de caráter eliminatório e classificatório, inclusive com cláusula de barreira: **(i) recebimento de currículo; (ii) prova objetiva; (iii) elaboração de parecer.**

I – **CANDIDATOS**: Poderão enviar currículo o Bacharel em Direito (Ensino Superior Completo em Direito), independentemente de inscrição nos quadros da OAB/RJ.

II –**PERÍODODERECEBIMENTO DE CURRÍCULOS**:Os currículos deverão ser enviados, em arquivo pdf ou word, para o e-mail **procuradoria1@cmni.rj.gov.br**, indicando no assunto **ASSESSOR DA PROCURADORIA** até o dia 30/09/2021. Não haverá cobrança de qualquer taxa ou inscrição formal, bastando o envio do currículo.

III - **VAGA**: Preenchimento de 1 (um) vaga para o cargo em comissão de **Assessor da Procuradoria**, criado pela Lei Municipal nº 4.920/2021, com as seguintes atribuições: "*Assessorar o Procurador Chefe nas suas atribuições, secretariando-o, bem como elaborando minuta de ofícios, documentos e pesquisas de precedentes e decisões judiciais e administrativas*".

IV –**DAS FASES E DA CLÁUSULA DE BARREIRA:**

– O processo seletivo simplificado será comporto por 3 (três) fases de caráter classificatório e eliminatório, observando-se as seguintes cláusulas e regras:

Recebimento de currículo: todos os currículos enviados dentro do prazo serão analisados objetivamente e com base na impessoalidade, pontuando-se da seguinte forma:

Experiência com prática profissional em Direito Público: 1 ponto para cada ano de experiência;

Pós-Graduação em Direito Público:1 ponto para cada especialização em Direito Público;

Mestrado ou Doutorado em Direito Público: 2 pontos por cada título;

Publicação de artigos e outras obras acadêmicas em Direito Público (anteriores à 20/09/2021): 1 ponto por cada publicação;

Participação em projetos de pesquisa em Direito Público: 1 ponto por ano de participação.

Prova objetiva: os **50 candidatos** classificados com maior pontuação serão convocados para a participação da ProvaObjetiva,demúltiplaescolha,eliminatória e classificatória, contendo 50 (cinquenta) questões, valendo 2 (dois) pontos cada uma, sobreasmatériasintegrantes doprograma anexoaopresenteedital, assimdistribuídas: 20 questões de DireitoConstitucional; 15 questões de Direito Administrativo; 10 questões de Direito Processual Civil; e 5 questões sobre Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu e Regimento Interno da CMNI. A prova objetiva será realizada na sede da CMNI, em um único dia, em data a ser oportunamente indicada edevidamentedivulgada no site da CMNI.

Elaboração de parecer: os **10 candidatos classificados** com maior pontuação serão convocados para a participação da elaboração de parecer jurídico, com o mesmo conteúdo programático da prova objetiva, com pontuação de 0 (zero) a 10 (dez).

Do preenchimento da vaga: Os 3 (três) candidatos com a maior nota final na elaboração de parecer participarão, em conjunto (e não isoladamente), de **entrevista** com o Procurador-Chefe, na presença de outro servidor da CMNI, que lavrará ata, onde serão abordados aspectos sobre o conhecimento de Direito Público, capacidade e disponibilidade para o exercício e desempenho das funções inerentes ao cargo em comissão. Ao final da entrevista, será selecionado apenas 1 (um) candidato. Os outros candidatos poderão, sem qualquer direito subjetivo, ser chamados para o preenchimento de eventuais vagas que surgirem.

Observações sobre as fases da prova objetiva e elaboração de parecer:

1. –Nãoserápermitidaqualquermodalidadedeconsulta,taiscomoalegislação,livros,impressosou anotações.

2. – Será excluído do certame, por ato do Presidente da Comissão de Seleção, ocandidatoque, durante a realização daprova:

a) for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou por qualquer outra forma, comoutrocandidato ou pessoaestranha;

b) utilizar-sedequalquerformadeconsulta,comoanotações,livrosou impressos;

c) utilizar-se de sinais ou de quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova oupossibilitemsua identificação;

d) utilizar-sedequalquermeiodecomunicaçãoexterna;

e) deixardeentregarocartão-resposta.

3. –Ogabaritodaprovaserápublicadonositedacmni.

4. – As notas dos candidatos, bem como a relação dos candidatos aprovados, com arespectivaclassificação,serãopublicadasnosite da CMNI.

V –**ADMISSÃO**: para preenchimento da vaga, deverão ser observadas as regras da Legislação Municipal.

VI – **REMUNERAÇÃO**: O Assessor Jurídico fará jus ao recebimento de remuneração novalordeR$ R$ 3.546,20, além-deauxílio-transporte de R$ 140,00.

VII –**CARGAHORÁRIA**:de acordo com oexpedientedaProcuradoria da CMNI (8h às 17h), de segunda a sexta.

VIII - Deverão ser observadas as normas de segurança sanitária e de saúde por todos os candidatos, sendo obrigatório o uso de máscara quando da realização das provas.

IX – O processo seletivo simplificado não se constitui de concurso para os quadros efetivos da CMNI, sendo o cargo de Assessor da Procuradoria de livre nomeação e exoneração.

X – Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Chefe da CMNI.

XI – O presente edital se encontra no site da CMNI (www.cmni.rj.gov.br).

Nova Iguaçu, 20 de setembro de 2021.

JOÃO BOSCO WON HELD GONÇALVES DE FREITAS FILHO

Procurador-Chefe da Câmara Municipal de Nova Iguaçu

CONTEÚDOPROGRAMÁTICO

DIREITOCONSTITUCIONAL

1- TEORIAGERALDOESTADO:ConceitoenaturezadoEstado.Elementosconstitutivosdo Estado.

2- PODER CONSTITUINTE: Natureza e titularidade do Poder Constituinte. ExercíciodoPoderConstituinte.PoderReformador:limitesformaisemateriais.Mutaçãoconstitucional. Poder Decorrente: natureza, titularidade, limites, princípio da simetria. DireitoConstitucional intertemporal.

3- CONSTITUIÇÃO:Conceitoeclassificaçõesdasconstituições.Supremaciaconstitucional.

4- HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: Princípios e regras. Princípios específicosdeinterpretaçãoconstitucional.

5- CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: Vias de defesa e de ação. Órgãosencarregadosdocontroledeconstitucionalidade.Espéciesdecontrole.Efeitosdadeclaraçãodeinconstitucionalidade.

6- FORMASDEESTADO:Estadounitárioeestadofederal. Características.Componentesdafederação brasileira. Soberaniae autonomia.

7- REPARTIÇÕES DE COMPETÊNCIAS: União, Estados-Membros,Municípios eDistritoFederal. Espécies decompetênciianaConstituição brasileira.

8- TRIPARTIÇÃODEPODERESNACONSTITUIÇÃOBRASILEIRA:Poder,função eórgãos.FunçõesefinsdoEstado.Astrêsfunçõesestatais.Funçõestípicaseatípicas.

9- PODERLEGISLATIVO:ProcessoLegislativo.Espéciesnormativas.Regimeconstitucionaldos parlamentares.

10- PODEREXECUTIVO:Atribuições.Responsabilidade. MinistrosdeEstado.Legalidade ePoder Regulamentar.

11- PODERJUDICIÁRIO:OrganizaçãoJudiciárianacional. GarantiasinstitucionaisedosMagistrados. Súmulavinculante.

12- FUNÇÕESESSENCIAISÀJUSTIÇA:MinistérioPúblico. DefensoriaPública.Procuradoriado Estado.Advocacia.

13- SISTEMATRIBUTÁRIONACIONAL:Conceitodetributo.Classificação.Repartiçãodecompetência. Princípios.

14- SISTEMAORÇAMENTÁRIO:OOrçamento.Oorçamentoplurianualdeinvestimento.O orçamento-programa.

15- DA NACIONALIDADE E DOS DIREITOS POLÍTICOS: Critérios para atribuiçãodanacionalidade. Cidadania. Aquisição,suspensão eperdados direitos políticos.

16- DOSDIREITOSEGARANTIASINDIVIDUAIS:Dadeclaraçãoeseusfundamentos. Os direitos individuais como limitação ao poder do Estado. Princípio daisonomia.Princípiodalegalidade.Irretroatividadedalei.Liberdades públicas.

17- REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS: Mandado de Segurança individual e coletivo.AçãoCivilPública. AçãoPopular. MandadodeInjunção.HabeasData.

DIREITOADMINISTRATIVO

1- ESTRUTURAADMINISTRATIVA:conceito,elementosepoderesdoEstado.OrganizaçãodoEstadoedaAdministração,entidadespolíticaseadministrativas.Órgãospúblicos.

2- PRINCÍPIOSADMINISTRATIVOS:legalidade,impessoalidade,moralidadeeeficiência.

3- AGENTES PÚBLICOS: conceito, espécies, classificação, forma de ingresso, regimejurídico,estabilidade,efetividadeecontratação temporária.SindicânciaeProcessoadministrativodisciplinar.Lei Municipal n.º 2.378/91.

4- ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: conceito, natureza e fins, princípios básicos,poderes e deveres do administrador público, o uso e o abuso do poder. ImprobidadeAdministrativa.

5- ADMINISTRAÇÃODIRETAEINDIRETA:Autarquias.FundaçõesPúblicas.EmpresasPúblicas. Sociedades de EconomiaMista.TerceiroSetor.

6- PODERESADMINISTRATIVOS:Podervinculado,poderdiscricionário,poderhierárquico,poder disciplinar, poder regulamentar,poder depolícia.

7- ATOS ADMINISTRATIVOS: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies,invalidação.

8- CONTRATOSADMINISTRATIVOS:conceito,características,invalidação.Cláusulas exorbitantes.

9- LICITAÇÃO:conceito,natureza,finalidade.LeiFederaln.º8.666/93.

10- PROCESSO ADMINISTRATIVO: princípios, recursos, preclusão administrativa,decadência.Processo disciplinar.

11- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: responsabilidade objetiva, reparaçãodo dano.

DIREITOPROCESSUALCIVIL

1- DIREITO PROCESSUAL: Conceito, natureza, posição enciclopédia, divisão. Fontesdo Direito Processual. Lei processual civil: eficácia, aplicação e interpretação. DireitoProcessualintertemporal.

2- NORMASFUNDAMENTAISDOPROCESSO.PrincípiosGeraisdodireitoprocessual. O acesso ao Direito e à Justiça. Constitucionalização do processo. Garantiasfundamentaisdo processo.

3- JURISDIÇÃO:Funçãojurisdicional.Conceito.Princípios. Distinçãodasoutrasfunçõesdo Estado.Estruturajudiciárianacional.OrganizaçãodaJustiçaEstadual.Meiosalternativosdesoluçãodosconflitos:conciliação, mediação,negociaçãoe arbitragem.

4- COMPETÊNCIA:Conceito.Espécies.Critériosdeterminadores.Competênciainternacionaleinterna.Competênciaoriginárieerecursaldos Tribunais(locaisesuperiores). Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração deincompetência.Conflitosdecompetênciaedeatribuições.Perpetuação dajurisdição.

5- AÇÃO: Conceito. Natureza jurídica. Classificações. Tutela jurisdicional. Condições daação. Elementos dademanda. Concurso ecumulação deações.

6- PROCESSO: Noções gerais. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais.Processoeprocedimento. Espéciesdeprocessosedeprocedimentos.Objetodoprocesso. Mérito.Questão principal. Questõesprévias, preliminares eprejudiciais.

7- SUJEITOS PROCESSUAIS: Juiz. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidade.Impedimentosesuspeição.Partes. Devereseresponsabilidades.Capacidadeelegitimação.Representação,substituiçãoesucessãoprocessual.MinistérioPúblico. AdvocaciaPública.Litisconsórcio.Intervençãodeterceiros.

8- ATOS PROCESSUAIS: Conceito. Classificações. Fatos jurídicos processuais. Atosdaspartes. Atos do Juiz.Prazos. Preclusão. Nulidades.

9- NOÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO COMUM: Petição inicial. Indeferimentodapetiçãoinicial.Improcedêncialiminardopedido.Audiênciadeconciliaçãooumediação. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme oestado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas. Sentença e coisajulgada.

10- TEORIA GERAL DOS RECURSOS. Princípios. Efeitos. Classificação. Espécies.Admissibilidade e mérito. Disposições gerais. Precedentes e casos repetitivos. Forçavinculantedajurisprudência. Súmula Vinculante.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

1 – LEI ORGÂNICA. Dos Fundamentos da Organização Municipal. Da Organização dos Poderes. Da Tributação Municipal, da Receita e Despesa e do Orçamento. Da Ordem Econômica e Social. Da Colaboração Popular.

2 – REGIMENTO INTERNO. Da Câmara Municipal. Da Mesa Diretora. Do Plenário. Das comissões. Das sessões legislativas. Das proposições. Do processo legislativo. Do julgamento das contas municipais. Das atribuições, direitos e deveres do vereador. Da secretaria administrativa. Dos vereadores. Do prefeito e do vice-prefeito. Do regimento interno. Das homenagens especiais.